

PROCESSO - A.I. Nº 281077.0006/03-4
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - TRANSCOPE - TRANSPORTES E COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO Acórdão 3ª JFJ nº 0520-03/03
ORIGEM - INFAZ SANTO AMARO
INTERNET - 12.03.04

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJP Nº 0032-11/04

EMENTA: ICMS. CONTA “CAIXA”. SALDO CREDOR. SUPRIMENTO DE ORIGEM NÃO COMPROVADA. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES MERCANTIS NÃO CONTABILIZADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Saldo credor da conta “Caixa” indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com Recursos não contabilizados, decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. O autuado comprovou parte da origem dos Recursos. Infração elidida parcialmente. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 30/09/03, exige ICMS no valor de R\$48.973,20, acrescido da multa de 70%, em razão da seguinte irregularidade:

“Omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de saldo credor na conta Caixa”.

O autuado, através de seu advogado, apresenta impugnação, às fls. 869 a 877, dizendo estar apresentando, na oportunidade, documentos que comprovam venda de veículos no valor total de R\$145.000,00. Entende que o mencionado valor deve ser excluído do valor apurado pela autuante como sendo saldo credor de Caixa. Acrescenta que as mencionadas vendas não se constituíram em receita para o Estado, já que a mencionada receita proveio de vendas de veículos que já tinham perdido o valor fiscal. Apresenta, ainda, breve explanação sobre o tema competência tributária e tece considerações sobre a Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), com o intuito de demonstrar que o imposto ora exigido já foi recolhido. Alega que a autuante em seu levantamento não deduziu o recolhimento do ICMS devido a outros Estados, por força do local da origem da prestação do serviço. Entende que se tais valores fossem considerados, na realidade teria um saldo devedor na conta Caixa de R\$109.289,76. Ao final, dizendo que a falta de escrituração gerou apenas prejuízo para a empresa, pede a improcedência do Auto de Infração.

A autuante, em informação fiscal, às fls. 1023 e 1024, reconhece que o autuado consegue provar que houve transferência dos veículos por ele mencionados, e que os mesmos não fazem mais parte do ativo da empresa. No entanto, diz que o sujeito passivo não comprova a entrada dessa receita no caixa da empresa para acobertar os desembolsos no período em questão (01/01/00 a 31/12/01). Afirma que em nenhum momento a Lei Complementar nº 87/96 foi deixada de lado, já que seguiu rigorosamente o que dispõe a legislação fiscal. Esclarece que considerou todas as receitas não escrituradas/contabilizadas no período de janeiro/00 a fevereiro/01, que foram objeto de prestação de serviços com origem em outros Estados (anexo XIII e anexo “Auditoria de Caixa”). Explica que a partir de março/01 o autuado, baseado em uma consulta à GECOT, já escriturava/contabilizava tais operações, emitindo os CTC's sem o destaque do ICMS, apenas para efeito de simples faturamento. Acrescenta que, dessa forma, essas receitas já fazem parte dos ingressos informados nas DMA's e livros fiscais e contábeis, não podendo ser consideradas novamente. Ao final, dizendo que o autuado não apresentou comprovantes de ingressos que acobertassem os desembolsos realizados, pede a manutenção do Auto de Infração.

VOTO DO RELATOR DA 3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL NA DECISÃO RECORRIDA

[...]

“O presente processo exige ICMS em razão da constatação de omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de saldo credor na conta Caixa.

Neste sentido o art. 4º, § 4º, da Lei nº 7.014/96, determina que o fato de a escrituração indicar saldo credor de Caixa, suprimentos a caixa não comprovados ou a manutenção, no passivo, de obrigações já pagas ou inexistentes, bem como a ocorrência de entrada de mercadorias não contabilizadas, autorizam a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto, ressalvada ao contribuinte a prova da improcedência da presunção.

Portanto, essa presunção é “juris tantum”, ou seja, admite prova contrária, onde cabe ao contribuinte comprovar a improcedência da presunção.

Da análise dos elementos constitutivos do PAF, verifíco, inicialmente, que o autuado, em sua peça defensiva, apresentou (fls. 886 a 893) fotocópias de documentos de transferência que comprovam a venda de veículos de sua propriedade, no período examinado, no valor total de R\$145.000,00. A própria autuante reconheceu que os referidos veículos deixaram de fazer parte do ativo da empresa, porém entende que não existiu comprovação da entrada da receita no Caixa da mesma.

Na situação acima descrita, entendo que assiste razão ao autuado, já que estando comprovada as vendas de bens de sua propriedade, conseqüentemente fica comprovada parte da origem dos Recursos que serviram para acobertar os desembolsos no período questionado (01/01/00 a 31/12/01).

Logicamente se o mesmo tivesse escriturado/contabilizado regularmente tais receitas no Caixa da empresa, não haveria se constatado saldo credor no montante dessas vendas (R\$145.000,00).

Saliento, inclusive, que a autuante acatou a comprovação da origem de receitas em situação análoga, quando disse, em sua informação fiscal, que considerou todas as receitas do autuado não escrituradas/contabilizadas no período de janeiro/00 a fevereiro/01, que foram objeto de prestação de serviços com origem em outros Estados, através da apresentação de GNRE's.

Todavia, não assiste razão ao autuado, em relação aos demais questionamentos, já que não apresentou comprovantes de ingressos que acobertassem os demais desembolsos realizados, que culminou com a existência de saldo credor na conta Caixa, não comprovando, dessa maneira, a improcedência de parte da presunção legal.

A autuante, corretamente, considerou todas as receitas não escrituradas/contabilizadas no período de janeiro/00 a fevereiro/01, que foram objeto de prestação de serviços com origem em outros Estados (anexo XIII e anexo “Auditoria de Caixa”), sendo que a partir de março/01 o autuado, baseado em uma consulta à GECOT, já escriturava/contabilizava tais operações, emitindo os CTC's sem o destaque do ICMS, apenas para efeito de simples faturamento. Dessa forma, essas receitas já faziam parte dos ingressos informados nas DMA's e livros fiscais/ contábeis, e a autuante, acertadamente, não as considerou novamente.

Portanto, entendo que restou comprovada a ocorrência de saldo credor na conta “Caixa”, no montante de R\$143.077,64 (valor apurado pela autuante menos o montante de R\$145.000,00 cuja origem foi comprovada), o que indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com Recursos não contabilizados, decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas, já que o autuado não comprovou a origem total dos Recursos.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração, de acordo com o demonstrativo de débito abaixo:”

Data Vencimento	B. de Cálculo	Alíquota	Multa	Valor (R\$)
09/01/01	119.081,41	17%	70%	20.243,83
09/01/02	23.996,23	17%	70%	4.079,35
TOTAL				24.323,18

RECURSO DE OFÍCIO

Em virtude da determinação do art. 17 do Decreto nº 6.463/97, c/c com o art. 145 do Código Tributário do Estado da Bahia (COTEB) – Lei nº 3.956/81, com a redação dada pela Lei nº 7.438/99, o presente processo foi encaminhado como Recurso de Ofício para esta 1ª Câmara de Julgamento Fiscal, com o propósito de ser analisado e julgado a fim de ser homologada ou não a Decisão recorrida do Acórdão nº 3ª JJF 0520-03/03, que julgou Procedente em Parte o Auto de Infração em tela. Tendo o Estado ficado sucumbente em parte.

VOTO

Dado ao exame e análise dos documentos anexados ao presente Processo Administrativo Fiscal, constatei que veio a esta Primeira Câmara o processo em epígrafe, face ter sido requerido Recurso de Ofício em virtude de o Estado da Bahia ter sido sucumbente em parte no julgamento recorrido.

Neste Recurso de Ofício apresentado, verifiquei que tanto o voto como a Decisão não merecem nenhum reparo, face à aplicação correta da legislação tributária baiana. Assim, ratifico integralmente o posicionamento do relator e dos julgadores de 1ª Instância que à unanimidade exararam o Acórdão 3ª JJF nº 00520-03/03, dando o Estado como sucumbente em parte. Assim, concedo este voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício apresentado, mantendo na integral a Decisão recorrida. Acrescento que a empresa à fl. 1036 do PAF, acostou DAE de recolhimento no valor de R\$24.323,18, que deve ser homologado.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **281077.0006/03-4**, lavrado contra **TRANSCOPE - TRANSPORTES E COM. DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$24.323,18**, acrescido da multa 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais. Deve ser homologado o valor recolhido conforme DAE, fl. 1036.

Sala das Sessões do CONSEF, 10 de fevereiro de 2004.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

NELSON TEIXEIRA BRANDÃO - RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE - REPR. DA PGE/PROFIS